



**RESISTIR MANTER AVANÇAR**

**12º CONGRESSO**

**DA FETEERJ**

**23 e 24 de março de 2018**

Local: Sinpro-Rio - Rua Pedro Lessa 35

**Feteerj**  
Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos  
de Ensino no Estado do Rio de Janeiro  
<http://www.feteerj.org.br/>

**CUT** contec

# **12º Congresso da Feteerj - Resistir, manter e avançar**

***Texto sobre conjuntura internacional-nacional para a orientação dos delegados ao 12º Congresso da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (Feteerj), realizado na sede do Sinpro-Rio.***

***Texto escrito pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Feteerj.***

***Rio de Janeiro - março de 2018***

## **Conjuntura internacional**

- 1) Em um mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões de indivíduos e com previsão de aumento, segundo a OIT, o imperialismo busca, via guerra aos povos e ataques diretos às conquistas dos trabalhadores, impor sua política de desagregação. No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal tenta se impor como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem o papel do estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado.
- 2) Um quadro político cruel e de dimensões planetárias, no qual a direita conservadora começa a se expressar politicamente. E que agora começa a se materializar das desastrosas práticas políticas do governo Trump, nos EUA, a maior potência militar do ocidente, com explícitas ameaças de intervenções em países em luta política, como acontece em nossas barbas, a exemplo da Venezuela.
- 3) A democracia - principalmente as democracias europeias - está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório de seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro do poder do mercado europeu. Vide os episódios políticos recentes expressados no processo da luta independentista da Catalunha.
- 4) Na Europa, está em curso a destruição do que sobrou do modelo do estado de bem-estar social; situação que se materializa, com a retirada Inglaterra da zona do euro, aproximando-se ainda, sob o ponto de vista geopolítico, da política dos EUA para a Europa.
- 5) A saída preconizada pelo FMI e bancos privados, tanto lá quanto cá, é a receita ortodoxa baseada na redução do gasto social e do custo com a força de trabalho, em que se recomendam medidas, como a redução nominal dos salários dos servidores públicos e do salário mínimo para os menos favorecidos, como aconteceu após a crise do estado grego.
- 6) Na América Latina não tem sido diferente. Não é segredo pra ninguém que o imperialismo norte americano utiliza a velha prática “promover a liberdade e a democracia”, com amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro farto; com isso, os EUA desenvolvem políticas com vistas à desestabilização dos governos quando os vê como estorvo aos interesses de suas empresas multinacionais, como vem acontecendo, na atualidade, em quase toda a América Latina e agora, em 2016, no golpe político-institucional contra o governo Dilma.
- 7) O golpe no governo Dilma também tirou do Brasil sua predominância na área dos Brics. O golpe no governo do PT foi mortal para as nossas expectativas de crescimento fora da órbita norte-americana. Ainda sobre esse assunto, ficamos com o ex-ministro Celso Amorim, que em recente entrevista disse que temos que criar no Brasil todo, na América Latina toda, uma

cadeia de legalidade para impedir que os golpes que ocorreram aqui prosperem. Para impedir que o presidente dos Estados Unidos da América, que é o país mais poderoso do mundo, diga que a opção militar não está excluída no caso da Venezuela.

- 8) Hoje, pode-se dizer que a tentativa de uma política unitária para os Brics, com áreas de atuações comuns, está, no mínimo, em compasso de espera. Ademais, a ênfase na política de exportação de carne e soja pode significar um regresso do país a um cenário de séculos passados, como “celeiro da humanidade”. Enquanto isso, o latifúndio come solto: com a monocultura e o boi expulsando as grandes massas populacionais do campo para os grandes centros urbanos. E ainda falam em “violência urbana”...
- 9) Enquanto isso, novos caminhos estão abertos para a Rússia e a China que buscam caminhos próprios de expansão. Não à toa, intervém na guerra civil da Síria em apoio ao governo local e contra ao autodenominado “Estado Islâmico”. Não custa nada lembrar que por traz dessa intervenção está o interesse no petróleo e gás destinados, principalmente, à Europa, por meio da estatal russa Gazprom.
- 10) Em suma, esta é a situação em que se encontra o cenário mundial, com ressonância direta no Brasil, que pode ser medida pela política conservadora e reacionária do atual governo, de desmonte da legislação protecionista ao mundo do trabalho - que resistiu por quase 80 anos e foi praticamente derrubada agora com a aprovação da reforma trabalhista.
- 11) Neste cenário, a luta de classe se intensifica e apresenta contornos mais nítidos, colocando em campos opostos os setores da sociedade e claramente definindo os respectivos campos de atuação como forças políticas em defesa dos respectivos interesses. É o que já se lê, quando o próximo processo eleitoral entra em pauta. Para nós, enquanto classe trabalhadora o momento é crucial.

### **Conjuntura nacional - o golpe contra Dilma Rousseff:**

- 12) Defensores do golpe do impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, consumado em agosto de 2016 pelo Senado, diziam, naquela ocasião, o seguinte: como o processo de impeachment está previsto na Constituição, não pode ser considerado um “golpe”.
- 13) No entanto, o impedimento para ser aplicado ao cargo maior do executivo no Brasil precisaria ter fundamentação jurídica forte e isto não ocorreu: a “pedalada fiscal”, usada como pretexto, por políticos da oposição e pela vertente de opinião dominante na mídia, para tentar afastar a presidente do governo, é um procedimento de gestão do orçamento público que ocorria em todos os níveis de governo - federal, estadual ou municipal - e foi adotado nos mandatos de vários governantes.
- 14) Dilma colocou dinheiro da Caixa Econômica Federal em programas sociais para conseguir fechar as contas e esse dinheiro foi devolvido à Caixa. Dessa forma, o impeachment da presidente Dilma foi um golpe e isto está associado ao fato de que, para atender interesses de alguns e do capital, usou-se uma fundamentação absolutamente frágil.
- 15) Além disso, setores da mídia e do Judiciário alardeavam que a campanha dela veio com dinheiro de corrupção que envolve a Petrobrás e as maiores empreiteiras do país.
- 16) A opção lógica, caso se comprovasse a ligação direta entre doações e corrupção (o que também não ocorreu, tanto que a eleição de Dilma foi aprovada pelo TSE), seria a cassação da chapa e não pelo impeachment, mas não é isso que desejavam os protagonistas de todo esse processo.
- 17) Eles queriam forçar um grande acordo com o PMDB para que Temer (esse sim, investigado por crime de corrupção) fizesse um governo de transição em que as medidas impopulares que o mercado estava a exigir, fossem feitas.

- 18) Mas antes mesmo do golpe, foi elaborada uma narrativa, que construiu um enredo: a população foi assediada por uma narrativa que projetava um cenário de caos econômico, desordem, perda de qualidade de vida, volta da inflação, turbulência política, corrupção etc.
- 19) Esse cenário para afastar uma presidente eleita por aproximadamente 54 milhões de votos não seria vitorioso sem apoio da grande mídia, que funcionou como catalisador do golpe que derrubou Dilma Rousseff do poder. Dessa forma, a grande mídia foi capaz de construir uma narrativa que associou os governos petistas a uma corrupção e a uma crise econômica “nunca experimentada na sociedade brasileira” – o detalhe é que todos os indicadores econômicos e sociais ao fim do segundo governo Dilma diziam exatamente o contrário...
- 20) Foi criado um cenário de caos, principalmente a partir do segundo governo de Dilma, que desaguou nas grandes passeatas de 2013; estas não tinham um foco específico, mas a grande mídia direcionou boa parte daquele protesto contra as políticas do governo e contra o Congresso em geral.
- 21) Em 2014, alguns meses antes da eleição, começou a aparecer o nome do juiz federal de primeira instância do Paraná, Sergio Moro, que deflagrou a operação denominada “lava jato”, em uma aludida investigação de corrupção na Petrobras, mas que ao fim e ao cabo, comprovou-se ser uma muito bem tramada operação jurídica e midiática que visava a desestabilização do governo do PT.
- 22) Em ataques pontuais contra toda a principal estrutura econômica brasileira – estruturada em torno da Petrobras e empreiteiras – a “Lava Jato” conseguiu, principalmente a partir de 2015, o que uma crise econômica mundial ainda não conseguira: paralisar a economia e regredir o PIB nacional. Tudo em nome do combate à corrupção.
- 23) As prisões de notórios nomes então à frente das principais empreiteiras nacionais, as “delações premiadas” e o ataque diário à Petrobras por parte de ações espetaculosas da Polícia Federal impunham o governo, dificultando-o de se reestruturar e, logicamente, abalando fortemente toda a cadeia produtiva do país.
- 24) O “quanto pior melhor” continuava no Congresso, com o boicote das ações de presidente Dilma Rousseff por parte do presidente da Câmara Federal que, não contente, ainda votava e aprovava pautas bombas de aumentos de gastos, entre outros “sacos de maldades”.
- 25) O objetivo imediato daquela campanha que unia a mídia, o judiciário e a oposição partidária contra o governo petista era a eleição do candidato da direita, Aécio Neves (PSDB-MG), mas ele foi derrotado por Dilma, nas eleições gerais de 2014. Mas se não elegeu Aécio, a direita conseguiu eleger o congresso mais conservador da história da República. Com isso, cerca de 60 deputados federais da centro-esquerda, que apoiavam o governo, não foram reeleitos – número suficiente não só para barrar o impeachment em 2016, como também para impedir a aprovação de projetos de lei antipopulares.

### **Temer na Presidência impõe agenda contra o povo – reforma trabalhista aprovada:**

- 26) Posto no poder com o golpe, o governo Temer pauta sua atuação afirmando que a elevação dos gastos públicos seria a razão da crise econômica; ataca os gastos nos programas sociais dos governos Lula e Dilma; ataca também as conquistas históricas dos trabalhadores presentes tanto na CLT quanto na Constituição de 88. Não contente com isso, mira a destruição da Previdência, cuja reforma foi suspensa em fevereiro, alegando-se que a intervenção militar na Segurança do estado Rio impediria a reforma na Constituição – o que é correto. Mas a verdade é que Temer não tinha os 308 votos na Câmara necessários para aprovar a PEC da reforma (leia mais sobre isso adiante).
- 27) Em sua primeira grande pauta antipopular e em um sinal para o grande capital, o governo aprova a lei que congela para os próximos 20 anos os investimentos em infraestrutura,

- inclusive a contratação de novos servidores, ao nível da inflação. Ou seja, o estado brasileiro (investimentos em Educação, Saúde, Transporte, Segurança etc) será enxugado nas próximas décadas.
- 28) Em 2017, nosso país tem mais de 12 milhões de desempregados. O governo “vende” como solução a Reforma Trabalhista. No entanto, já no primeiro mês de vigência da nova lei, o Brasil fechou mais de 1 milhão de vagas com carteira assinada. Isto demonstra que a reforma trabalhista não só ataca os direitos do trabalhador como potencializa o desemprego.
  - 29) Contrariando a narrativa construída pelo governo e patronal, a reforma trabalhista não só retirou inúmeros direitos antes garantidos pela CLT, como acirrou o desemprego formal. Os contratos firmados já sob as novas regras, como a jornada intermitente e a jornada parcial começaram a vigorar no final de 2017 e o único setor com geração de vagas foi o comércio, que abriu postos em novembro ligados às festas de fim de ano - vagas precárias e temporárias.
  - 30) O desemprego segue alto, a narrativa construída de geração de emprego é falsa e os patrões se beneficiam da retirada de direitos e do aumento do desemprego porque este possibilita a redução do valor do trabalho.
  - 31) A Reforma Trabalhista, também, facilita demissões com menos encargos e direitos e isso tenderá a avançar com o aumento da crise e com a queda da renda da população. A nova lei dá o mesmo peso de uma demissão individual para demissões coletivas ou em massa. Antes da reforma, o entendimento era que, para demitir um grande número de trabalhadores, se fazia necessária a negociação prévia com o sindicato. Com a reforma, o empregador pode demitir 100 e até 1.200 trabalhadores de uma única vez sem necessidade de justificativa, como ocorreu na Universidade Estácio de Sá.
  - 32) A demissão coletiva sem a participação prévia do sindicato, admitida pela reforma trabalhista, é um desrespeito com os trabalhadores. A demissão coletiva no atual cenário tem por objetivo facilitar a maior lucratividade aos empregadores. Dessa forma, o papel do sindicato nas demissões coletivas fica ameaçado.
  - 33) Somente no trimestre final do ano passado, quando a reforma foi implementada, o número de empregados no setor privado sem carteira assinada cresceu 6,9% – o que equivale a 718 mil pessoas.
  - 34) Além disso, o número de pessoas que veio do trabalho formal (carteira assinada) e passou a trabalhar por conta própria também cresceu 5%.
  - 35) Assim, a redução de postos de trabalho e as regras trabalhistas passíveis de flexibilização, que possibilitam ao empregador formas de contratação mais baratas, vão gerar retração da atividade econômica e desestruturação do mercado. Nesse contexto de reforma, o trabalhador pode ser forçado a se tornar um microempreendedor para assumir todo o ônus da atividade empresarial, por exemplo. Não se pode deixar de mencionar que com a legalização de contratos precários de trabalho e a liberação das terceirizações, o valor do rendimento médio mensal do trabalhador tende a despencar.
  - 36) O governo Temer aumentou a concentração de renda: os resultados de estudos estatísticos, como os da “Tendências Consultoria”, demonstram que, enquanto, rendimentos do trabalho no topo da pirâmide cresceram mais de 10% no primeiro trimestre de 2017, os mais pobres das classes D e E tiveram uma perda de aproximadamente 3% da renda.
  - 37) Esse quadro fica mais dramático diante do desmonte da rede de proteção social e pelo reajuste do salário mínimo abaixo da inflação promovidos pelo governo, de forma que, não havendo reversão do quadro, estaremos voltando a ter presença no mapa da fome.
  - 38) O avanço da pobreza deverá se acirrar, se não se encaminhar uma ação de retomada de investimentos. O processo de desindustrialização brasileiro está ocorrendo e este é acompanhado por uma transição prematura da sociedade industrial para o setor de serviços ainda frágil e prejudicado pelo trabalho informal. Para complicar ainda mais essa conjuntura

econômica, existe a clara tendência do governo atual em enfatizar um processo de desnacionalização da sua base produtiva.

- 39) Sem uma base produtiva forte no setor industrial corre-se o risco de um retrocesso, com retorno à condição de colônia, onde a plataforma agroexportadora e a produção de bens e serviços de baixo valor agregado voltam a ficar em primeiro plano.
- 40) Pensar em somente cortar despesas gera redução da demanda e retração econômica. A economia precisa crescer em todos os setores da economia. O Brasil precisa privilegiar um projeto de desenvolvimento capaz de incorporar os cidadãos como beneficiários do atendimento adequado às necessidades que promovam bem estar social.
- 41) O grave problema é que o governo que aí está e a sua base de sustentação política e econômica (calcada no Judiciário, rentismo, mídia e grande latifundiário) não tem um projeto de nação para o Brasil. Ao contrário, tem um projeto de diminuição do estado, com a consequente privatização das estatais.

### **Reforma da Previdência:**

- 42) O governo Temer suspendeu a tramitação da reforma da Previdência, para o desespero dos bancos interessados em privatizar o instituto. A alegação é que a aprovação da intervenção militar na Segurança do estado do Rio impediria qualquer mudança na Constituição. O que é certo é que o governo não tinha os votos necessários para aprovar a PEC.
- 43) Foi uma vitória do movimento organizado e dos partidos de oposição, que conseguiram pressionar os deputados em todo o país para que não votassem a reforma.
- 44) A proposta de reforma previdenciária do governo Temer, no formato apresentado até então, ignora o papel do mercado de trabalho e da dinâmica social na trajetória previdenciária do trabalhador brasileiro. Ela busca aumentar, por igual em todo o Brasil a idade para aposentadoria, o tempo de contribuição do trabalhador, ao mesmo tempo que tenta reduzir o valor do benefício.
- 45) Ainda que se acredite na necessidade de uma reforma neste campo, devido mudanças na estrutura etária, não é admissível que ela seja construída sem respeitar as diversas realidades que caracterizam as desigualdades regionais do Brasil, no que tange às condições de vida e expectativa de vida das populações.
- 46) Essa proposta de reforma, tal como se apresenta ao debate, se aprovada no Congresso, representará um golpe aos trabalhadores, em especial aos mais precarizados, com menores rendimentos e menor escolaridade.
- 47) A busca de uniformidade para as modalidades de aposentadorias por tempo de contribuição e idade levaria ao acirramento da contradição na realidade, marcando enorme injustiça social. De um lado, poderia ser observado um Brasil com empregos estáveis, salários maiores e trabalhadores mais escolarizados. De outro lado, um outro Brasil estaria expresso por trabalhadores com trajetórias entrecortadas por períodos extensos de desemprego, informalidade, longas jornadas de trabalho não remunerado etc.
- 48) O aumento por igual do tempo de contribuição e de idade para o acesso à aposentadoria somente poderia ser cumprida por trabalhadores mais qualificados e mais bem inseridos na sociedade. Os trabalhadores mais precarizados praticamente não conseguiriam se aposentar.
- 49) E se a fusão dos regimes de aposentaria for adotada, como o governo propõe, seriam perdidas regras diferenciadas de acesso, para cada uma das modalidades e regimes. Estas regras poderiam ser melhor elaboradas, sem prejudicar sustentabilidade contributiva do sistema como um todo e sem prejudicar os trabalhadores. Acresce-se a isto que, para viabilizar esse aspecto da reforma e favorecer a previdência privada, assiste-se a uma campanha desrespeitosa com o servidor público, o que constitui injustiça.

- 50) Por fim, exigir maior tempo de contribuição para a previdência exige também oferecer mais e melhores empregos, melhores salários e mais escolaridade. Sem estar acompanhada desses propósitos, a Reforma da Previdência representaria impedimento do acesso à proteção social na velhice, aos trabalhadores em situação precária.
- 51) O que temos agora é que Temer “jogou” para o próximo governo essa pauta da reforma, mas apontou, no que ele chama de “pauta prioritária”, a votação de outros PLs, tais como: a privatização da Eletrobrás, o fim do Fundo Soberano e até a autonomia do BC – se esse governo ilegítimo conseguirá ao menos apresentar esses projetos aos deputados, não sabemos. Mas vão merecer a total atenção da oposição para que tais propostas não avancem.

### **Intervenção federal no estado do Rio:**

- 52) Quanto à intervenção militar na Segurança Pública do estado do Rio, determinando que as Forças Armadas assumam o comando das polícias militar e civil, penitenciárias e o corpo de bombeiros, a Feteerj, na primeira hora, se colocou contra. Para a Federação, esta intervenção ignora o caos econômico e social do estado do Rio, o ente federativo que mais vem sofrendo com a crise econômica e o desemprego do país – ignora, com isso, a paralisação de investimentos na Petrobras, a falência das empreiteiras e das indústrias de construção civil e naval, além dos bilhões de reais em isenções fiscais irresponsáveis que os governos Cabral e Pezão fizeram ao longo desses anos.
- 53) Essa intervenção quer dar uma satisfação à mídia, que se fartou de mostrar a violência do carnaval carioca, como se o restante do país fosse um oásis de tranquilidade.
- 54) Mídia esta que não mostra que a verdadeira violência que aflige todo o país é causada por esse sistema político e econômico que se consolida através de um golpe de estado. Uma mídia que ignora que esse sistema, já recebeu as expressões críticas mais contundentes, porque vêm do próprio povo, numa época de festas, que é o carnaval, que mostra Temer como um vampiro, devorador de direitos que marginaliza a população carente, destrói os serviços públicos essenciais - incluindo a própria área da Segurança, e causa o desemprego e a miséria de dezenas de milhões de pessoas.
- 55) Ou seja, o governo ilegítimo de Temer está se agarrando a uma intervenção midiática e populista, de implementação duvidosa; mascarando desta forma, o caos econômico e social em que o país vive.

### **Conjuntura educacional:**

- 56) Quanto ao Setor Educacional, o governo Temer caracteriza um desmonte, sem precedentes na história, das conquistas dos governos Lula/Dilma. O governo Temer, ilegítimo porque não tem respaldo do voto, atua contrariando os interesses do povo na área educacional.
- 57) Como se não bastassem as ações ocorridas com o encaminhamento da Reforma do Ensino Médio e do projeto Escola Sem Partido, as mais recentes iniciativas estabelecem cenário desolador para as políticas educacionais.
- 58) No segundo semestre de 2017, Temer vetou artigos que tratam do cumprimento das metas e dotações orçamentárias para execução do Plano Nacional da Educação na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e fez alterações drásticas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

- 59) De fato, o veto do governo oficializa o descumprimento do PNE que foi uma conquista histórica de quase toda a sociedade civil, visando desmontar políticas públicas desenvolvidas nos últimos 13 anos.
- 60) Outras medidas do governo Temer na área da educação comprovam arbitrariedade como, por exemplo, a destituição de nomeados para Conselho Nacional de Educação (CNE) e o "esvaziamento" do Fórum Nacional de Educação. Tais medidas são meios para inviabilizar o diálogo entre profissionais da educação, estudantes, pais e os movimentos social e sindical.
- 61) Por trás de muitas das recentes medidas no setor de educação tem escondido o interesse do capital, tendo como vetor o desmonte do ensino público para privilegiar grandes grupos associados à privatização na área da educação.
- 62) No ensino fundamental e médio, o desmonte do setor público já tinha se manifestado a favor do privado. Hoje, a participação de grupos do grande capital está entrando em cena. Portanto, não estamos tratando apenas de avanço de privatizações, mas do avanço de processo de desnacionalização da educação.
- 63) No que tange à Educação Superior, um bom exemplo para ilustrar o processo de desmonte da Universidade Pública se dá com a situação da UERJ. Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo com a precarização dos serviços públicos, inclusive na educação. Não resta dúvida que a situação tem relação com a gestão desastrosa do PMDB e a crise econômica pela qual o país passa, mas isso não explica tudo o que está ocorrendo.
- 64) A UERJ, universidade pública, gratuita, reconhecida nacionalmente pela sua qualidade, tem sido sistematicamente atacada, o que caracteriza um grande descaso que está acompanhado de um projeto em benefício da privatização e desnacionalização no setor.
- 65) O governo federal vem contribuindo para esse desmonte sistemático, com a valorização de iniciativas que transferem o protagonismo das Universidades públicas para os grandes grupos educacionais como Anhanguera, Anima, Estácio, Kroton e outras.
- 66) O "desmonte da UERJ" ocorre por meio da falta de repasses e a consequente precarização da estrutura, com o corte no orçamento destinado à pesquisa e extensão, com o atraso de salários e bolsas – deixando alunos e professores sem condições de estarem atuando em suas atividades. Mas, esse desmonte é também e principalmente reforçado com a construção de um discurso promovido pelo governo, pela iniciativa privada e meios de comunicação na construção de uma narrativa argumentativa de que o ensino superior gratuito é injusto, pois beneficia os mais ricos e custa muito caro.
- 67) Ressalte-se, no entanto, que a pressão da sociedade, incluindo aí os sindicatos representativos da classe dos educadores, fez com que a Alerj aprovasse, no final do ano passado, o duodécimo obrigatório do orçamento do governo à UERJ, nos moldes da autonomia financeira do Poder Judiciário. O governador Pezão não teve coragem de vetar a nova lei.

### **Conjuntura sindical e novas formas de financiamento para as entidades:**

- 68) A reforma trabalhista tem como uma de suas bases a destruição da legislação que protege o trabalhador, principalmente subordinando a lei (o legislado) ao que foi negociado entre o patrão e o empregado.
- 69) A outra base da nova lei é a fragilização dos sindicatos, com o fim da obrigatoriedade da homologação da demissão do trabalhador pela entidade sindical e a retirada abrupta da principal fonte de financiamento de um grande número de sindicatos, inclusive aqueles de luta: a contribuição sindical obrigatória.

- 70) Ora, para que o negociado entre as partes seja equilibrado, é obvio que os sindicatos, ao organizarem suas categorias, têm que ter um mínimo de condições econômicas para sustentar as campanhas salariais ano a ano.
- 71) Mas com a reforma, muitos sindicatos perderam sua sustentação de uma hora para outra. Com isso, as campanhas salariais deste ano têm que ser desenvolvidas a partir de novos patamares de organização, com unidades de ações que, necessariamente, devem passar por iniciativas conjuntas dos próprios sindicatos, Feteerj, Contee e Centrais sindicais.
- 72) Além disso, a terceirização desenfreada e o aumento do trabalho informal atingem em cheio a organização sindical, inclusive daqueles sindicatos não dependentes da contribuição obrigatória.
- 73) Essas são as grandes questões que se colocam para o movimento sindical: como resistir a esse ataque avassalador que a direita vem efetuando contra os órgãos de classe? E se para resistir, é necessário ter um mínimo de estrutura econômica, contudo, boa parte dessa estrutura foi destruída, com que meios os sindicatos poderão sobreviver?
- 74) Já há algumas propostas que estão sendo discutidas pelo meio sindical: a) unificação das entidades, em um sentido territorial e institucional; b) o retorno das contribuições assistenciais, passando, obviamente, por assembleias das respectivas categorias, e posteriormente incluídas nas Convenções Coletiva de Trabalho, com extensão para toda a categoria; c) o aumento da filiação, com o conseqüente aumento da arrecadação; entre outras propostas.
- 75) Uma coisa é certa para o movimento sindical: a resistência ao golpe não é uma mera palavra de ordem. Trata-se de uma resistência que tem como objetivo a sobrevivência da própria estrutura sindical em nosso país, com tudo o que isso significa em relação à manutenção dos direitos dos trabalhadores conquistados em anos e anos de lutas.
- 76) Por isso mesmo, colocamos como slogan deste 12º Congresso da Feteerj a palavra de ordem: Resistir, manter e avançar!

### **Julgamento de Lula e eleições gerais 2018:**

- 77) Do mês de agosto de 2016 até janeiro de 2018, menos de um ano e meio, a Justiça (1ª e 2ª instâncias) brasileira julgou e condenou o ex-presidente Lula a mais de 12 anos de prisão por suposto crime de corrupção no exercício da Presidência da República e está a um passo de torná-lo inelegível pela lei da ficha limpa. Com isso, o até então favoritíssimo candidato a presidente pelo PT corre sério risco de não só ter sua candidatura impedida, como também de ser preso.
- 78) Sem entrar na questão do mérito do julgamento, trata-se de uma situação inusitada em que a lei da ficha limpa, com todos os seus problemas e virtudes, será implementada em uma celeridade nunca vista antes contra o político mais conhecido do país, que saiu da Presidência com índices de aprovação da população de 90% - índices lastreados nos programas sociais de apoio aos mais carentes.
- 79) Para se ter uma ideia do quanto o julgamento de Lula está sendo incomumente “a jato”, sem trocadilho, basta comparar com o julgamento do ex-governador de Minas e ex-presidente do PSDB, Eduardo Azeredo, também acusado de corrupção: este caso começou a ser julgado em 2007 e até agora sequer chegou à 2ª instância; e se não for julgado nos próximos meses será prescrito; outro exemplo: políticos do PMDB e artífices do golpe, como Jucá, Moreira, família Sarney, o próprio Temer, entre outros, tiveram, recentemente, suas acusações de corrupção retiradas a mando da PGR e Supremo.
- 80) Ainda em relação à lei da ficha limpa, no Brasil, há centenas de casos de políticos, de vereadores a governadores, passando por deputados e senadores, que foram eleitos e

reeleitos e exercem seus cargos graças aos recursos que a própria Justiça tem como corretos.

- 81) Ainda a respeito de recursos, a ministra e atual presidente do Supremo, Carmen Lucia, mal passou uma semana do julgamento de Lula pelo TRF 4, já afirmou que não voltará a discutir, pelo menos em seu mandato, a decisão que permite a prisão imediata de condenados em 2ª instância – decisão esta tomada pelo Supremo em 2016, em um placar apertado: 6 a 5; placar este que já teria mudado, pois a prisão de condenados sem que esgotem todos os recursos é tida e havida pela maioria de juristas como inconstitucional.
- 82) Ou seja, chegamos a um momento histórico em que os partidos de esquerda e movimentos sociais vêm alertando que aconteceria e que seria o ápice do movimento reacionário iniciado com o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef: a prisão de Lula.
- 83) Ato repleto de simbolismo: trata-se da prisão, por alegada corrupção, do maior líder político do país, como também trata-se de um ato político bastante prático e que segue a cartilha da direita brasileira: o afastamento do candidato da esquerda com mais chances de vencer a eleição geral de 2018.
- 84) A corrupção na política brasileira é sistêmica. Evidentemente que combater essa corrupção é louvável e necessário. No entanto, o objetivo do processo contra Lula não é pela ética e transparência. Trata-se de desejo desenfreado para afastar o rival mais temido.
- 85) Juntamente com a prisão de Lula, a direita quer finalizar a destruição do estado de bem estar social contido na Constituição de 88 – destruição esta que vem sendo tocada a pleno vapor, com a reforma trabalhista e venda de estatais; a votação da reforma da previdência, prevista para ocorrer ainda nesse primeiro semestre, no Congresso, é o próximo passo deste objetivo macabro de destruição do estado.
- 86) A conclusão do julgamento/condenação de Lula, já estava dada: seu objetivo essencial é destruir o PT e sua principal liderança em termos eleitorais e dificultar a formação de alternativas à esquerda. Mas inabilitar eleitoralmente esse líder político não parece ser suficiente para as forças conservadoras. Para essas forças, é preciso sepultar o mito e encaminhar um golpe mortal na esquerda brasileira para viabilizar, menos nos próximos anos, a agenda conservadora nos âmbitos da política, da economia e da dinâmica social.
- 87) Diante dos acontecimentos sobre a instabilidade atual, a manutenção da candidatura Lula foi um grande acerto, pois representa uma resposta política a um processo de caráter político.

## **Conclusões:**

- 88) Sem desmerecer a associação ao grande capital nacional e internacional, a aliança entre o Judiciário, a grande mídia, as classes médias conservadoras e as elites possibilitou o golpe parlamentar, a mobilização dos grupos conservadores, o retrocesso institucional e de direitos sociais, políticos e civis.
- 89) Esse processo representa um projeto de desnacionalização, desindustrialização e financeirização. Para garantia de sucesso, esse projeto precisa negar os direitos sociais (teto para os gastos sociais), trabalhistas (precarização das relações de trabalho) e precisa desmontar a Previdência Pública, com intuito de transferi-la ao setor privado. Portanto, a parte central desse projeto é o enfraquecimento do Estado.
- 90) O Quadro de instabilidade para 2018, no plano social e econômico, está marcado pelos estragos dos direitos sociais dos trabalhadores, já em curso, a partir da Reforma Trabalhista, e com a proposta da Reforma da Previdência a ser votada no Congresso. Estarão frequentes as situações de demissões dos celetistas a favor de contratados temporários, sem férias e 13º, sem licença gravidez, sem FGTS, sem aviso prévio, sem seguro-desemprego. Além da

formalização do subemprego e da precarização prevista no campo da Previdência Social, dificuldades são criadas para exterminar o amparo sindical.

- 91) Devido à preocupação com a eventualidade de derrota dos grupos conservadores na eleição de 2018, há propostas de esvaziamento dos poderes do presidente, um parlamentarismo de fato ou um presidencialismo mitigado, implantado por emenda constitucional. A esquerda parece ciente da ameaça e, mesmo com a intenção de lançar candidatos próprios, muitos partidos do campo progressista defendem o direito de Lula disputar as eleições, sob o lema: eleições sem Lula é fraude.
- 92) O início de 2018, diante da atual situação brasileira, inaugura um rol de previsões para o ano carregado de incertezas, de ceticismo, de desconfianças. Se em condições normais, as previsões são incertas, a força da incerteza torna-se incomensurável no momento atual de crise econômica, política e institucional. Poucos episódios da história brasileira recente (golpe militar e a retomada da democracia) marcaram um ambiente de tanta incerteza, inviabilizando prognósticos confiáveis.
- 93) Agentes políticos relevantes, inclusive juízes e promotores, sabem que uma eventual derrota em 2018 pode representar a inviabilização de seus projetos, o que compromete o processo democrático porque a aceitação da derrota é vital para a democracia.
- 94) Num cenário de Lula fora da disputa presidencial, outros candidatos menos competitivos poderão fazê-lo com o seu apoio, mas com menos chances. Independentemente do que vai acontecer, o fato é que, esteja ou não presente nas próximas eleições, Lula não estará sepultado para a política brasileira, ainda que as elites de direita assim desejassem, mesmo com o alto custo político e institucional que isso poderia causar ao país.
- 95) Mas, mesmo neste ambiente hostil, é viável derrotar o golpe antes de um suposto endurecimento do regime. Para tal, faz-se necessário uma intensa luta popular, como foram aquelas que promoveram a volta da democracia e a promulgação da Constituição cidadã.
- 96) A pressão social é a única instância que poderá influenciar o papel do Poder Judiciário, hoje a serviço da destruição dos direitos e das ideias à esquerda, no processo político.
- 97) Por fim, cabe registrar que esta situação de incertezas a qual a sociedade brasileira está submetida é responsabilidade única do golpe, nas suas duas fases (impeachment de Dilma e condenação de Lula sem provas). A responsabilidade daqueles que engendraram tais eventos, perante a história, é enorme e isto atinge a sociedade e o Estado brasileiros, de forma incontestável.